

DIÁLOGO CATÓLICO-LUTERANO NO BRASIL

Algumas publicações

Pe. Frederico Laufer S.J. _____

1. "O Evangelho e a Igreja" (chamado também "O Relatório de Malta"). Edição da Comissão Mista Nacional Católico-Luterana. 36 pp, 15 X 22 cm. Pode ser adquirida na Fac. de Teologia da Igr. Evang. de Confissão Luterana do BRASIL, São Leopoldo, Cx. p. 14, ou também no Colégio Cristo Rei, Cx. p. 416.

O "Prefácio" do texto explica a sua origem: "O texto que segue, é o relatório de uma Comissão de estudos evangélico-luterana e católico-romana, nomeada pelo "Secretariado para a União dos Cristãos" (SEPUC) e pelo Comitê Executivo da "Federação Luterana Mundial (FLM) com a finalidade de discutir, sob o título geral de "O Evangelho e a Igreja", questões teológicas de importância capital para as relações entre a Igreja Católica Romana e as Igrejas Luteranas. Este texto foi redigido e aceito pela Comissão de estudos como um resumo de seus trabalhos"... "O relatório foi submetido às autoridades eclesiásticas competentes... recomenda-se à atenção das Igrejas para um estudo aprofundado, na esperança de que... contribua para esclarecer e melhorar ainda as relações entre as Igrejas luteranas e a Igreja Católica Romana".

Este "Prefácio" tem a assinatura de André Appel, Secretário Geral da FLM e de Jan Cardeal Willebrands, Presidente do SEPUC. Data, 9 de fevereiro de 1972.

O próprio Documento faz, na "Introdução", o histórico da origem da Comissão. Iniciou com os contatos do Concílio Vaticano II e a reunião de um grupo misto, em Estrasburgo, agosto de 1965. Com a finalidade de "começar um diálogo sério sobre questões teológicas" e, a partir daí, "constatar e eliminar os eventuais pontos de mal-entendidos ou de atrito", as autoridades eclesiásticas convocaram uma comissão internacional de estudo, que se reuniu numa primeira sessão em Zurique, em 1967, para tratar o tema "Evangelho e Tradição" (p. 9). Foi na 5ª sessão em San Anton, Malta, 1971, que foi aceito por unanimidade o relatório final, elaborado anteriormente por uma pequena subcomissão.

"Os membros da comissão (luteranos e católicos) estão convictos de terem chegado... a um acordo notável e de grande importância" (p. 11). Há mesmo motivos de se perguntarem, "se as divergências que subsistem, devem ainda ser consideradas como obstáculos para a comunhão eclesial" (ib.).

O Relatório, após esta "introdução", apresenta os resultados do diálogo em torno dos seguintes temas: "I. Evangelho e Tradição" (p.13-19), "II. O Evangelho e o Mundo" (p. 19-23), "III. O Evangelho e o Ministério ('Amt') eclesial" (p. 23-30), IV. O Evangelho e a Unidade da Igreja" (p. 30-34).

Seguem as 14 assinaturas; 7 dos membros católicos e 7 dos membros luteranos, todos professores de teologia da Alemanha, dos EE.UU., da Escandinávia e de Roma, mais a do Bispo católico H. L. Martensen da Dinamarca. Entre os católicos lêem-se nomes como W. Kasper, E. Schillebeeckx, A. Vögtle e J. Witte; entre os luteranos estão H. Conzelmann e G. A. Lindbeck (EE.UU. observador no Conc. Vaticano II).

Se todos os membros assinaram o documento, contudo, quatro católicos e um luterano sentiram-se motivados a acrescentar alguma "ressalva" de esclarecimento a um e outro ponto doutrinal (p. 34-36).

A tarefa agora é de o documento ser lido e de ser vivida a aproximação das Igrejas. Esperançosa é a seguinte frase da Comissão: "A experiência adquirida em nosso trabalho nos mostrou... que a discussão, em comum, destas questões pode levar a soluções até agora imprevisíveis" (p. 12). Se isto acontece entre os teólogos, mais ainda se pode dar entre o povo cristão.

2. ALTMANN, Walter — WEBER, Bertoldo: **Desafio às Igrejas**. Diálogo Ecumênico em tempos de mudança. 126 pp, 14 X 21 cm, Edições Loyola (São Paulo) e Editora Sinodal (São Leopoldo) 1976.

Após a publicação do Relatório de Malta a FLM e o SEPUC convocaram em 1973 uma nova Comissão Mista Internacional Católico-Luterana, que "tem como objetivo primordial dar início a um processo de recepção do Relatório de Malta em ambas as Igrejas,... de estimular, em nível internacional, o desenvolvimento das relações entre católicos e luteranos" (O Evangelho e a Igreja, p. 3).

O Relatório foi também enviado ao Brasil, ao Presidente da CNBB, Card. Aloísio Lorscheider, através da Nunciatura de Brasília, e imediatamente publicado no "Comunicado Mensal da CNBB"

(junho 1973, pp. 731-778), em língua francesa. Numa carta especial o SEPUC de Roma pediu uma apreciação do documento, formulando 5 perguntas, inclusive sobre a possibilidade de ulteriores progressos no aprofundamento doutrinal e na cooperação das duas Igrejas.

Com este mesmo objetivo organizou-se em Setembro de 1974 no Rio de Janeiro um "Seminário Ecumênico Internacional", promovido pelo "Instituto de Pesquisa Ecumênica" da FLM de Estrasburgo e pela "Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil" (IECLB). Um antigo Professor de Teologia dessa Igreja na Faculdade de São Leopoldo, Dr. Harding Meyer, atualmente professor em Estrasburgo e membro da Comissão Mista católico-Luterana Internacional, foi inspirador e mediador para essa iniciativa, juntamente com o Pastor Bertoldo Weber de São Leopoldo.

Dirigiu-se este último, em nome da sua Igreja, ao Secretário da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, para a concretização do Seminário e para serem convidados participantes católicos. O Seminário realizou-se na casa das Religiosas do Cenáculo no Rio. A CNBB estava representada pela Irmã Maria Augusta Ghisleni, cujo relatório foi publicado pelo Assessor da CNBB para assuntos ecumênicos, P. Paulo H. Gozzi SSS, no Suplemento 11 da revista CEI, março 1975, pp. 27-32.

Ao mesmo tempo a IECLB e a CNBB consentiram em nomear uma "Comissão Mista Nacional Católico Luterana" para dar maior garantia à continuação desse diálogo ecumênico (cf. Comunicado Mensal da CNBB, julho 1974, 569 s, julho 1975, 673 s, SEDOC 8, 1975, 394 s). Foram nomeados pela CNBB o P. Sinésio Bohn, hoje Bispo Auxiliar de Brasília, e o P. Jesus Hortal S.J., professor na Fac. de Teologia Cristo Rei, em São Leopoldo; A IECLB, por sua vez, designou os nomes do Pastor Bertoldo Weber e do Dr. Walter Altmann, ambos professores na Fac. de Teologia da IECLB, também de São Leopoldo. São eles os editores do nosso livro "Desafio às Igrejas".

Neste livro estão publicadas as conferências, pronunciadas no "Seminário Ecumênico Internacional" do Rio de Janeiro e mais dois trabalhos posteriores. O livro está dividido em três partes: I. "As Igrejas e suas tensões internas"; II. "Duas perspectivas de ação ecumênica"; III. "História e significado do Relatório de Malta". O livro propicia amplas visões sobre diversas correntes da vida eclesiástica e ecumênica, seja dentro do horizonte brasileiro, seja do latino-americano e internacional.

Dr. Gunars J. Ansons, do Instituto de Estrasburgo, discorre sobre "as correntes sócio-políticas" e "os Evangelicais" no Movi-

mento Ecumênico Mundial. Os Evangelicais criticavam o CMI (Cons. Mund. de Igrejas) por suas iniciativas no setor sócio-político. Aos poucos, porém, terminaram por reconhecer que "a verdadeira religião" do Evangelho inclui também este aspecto da justiça social. "A mensagem da salvação implica também numa mensagem de juízo... sobre alienação, opressão e discriminação... Fé sem obras é morta" (p. 27).

A interessante conferência de Jesus Hortal sobre o "Catolicismo Brasileiro hodierno" (pp. 29-48) oferece uma visão panorâmica, bem informada, sobre os 15 anos de vida católica entre 1960 e 1974. Focaliza "escolas teológicas", "tendências polêmicas", "movimentos apostólicos", "catolicismo popular" sem omitir as "tensões no meio do clero" e as "tendências no Episcopado". Walter Altmann, falando de Igrejas evangélicas sob o título "a crise de identidade eclesial e a inconformidade de Cristo" (pp. 49-65), parte da tensão, no Mov. Ecumênico, entre evangelicais-espirituais (O "Reino de Deus é o céu") e os outros que julgam necessário levar a fé para a política. "As nossas Igrejas são impelidas de um lado a outro, entre apelos à ação social corajosa e ao testemunho decidido da fé pessoal em Cristo" (p. 62). É preciso escapar à ruptura, fazendo uma parada reflexiva para encontrar a própria identidade eclesial, "do que devemos ser e do que somos em Cristo" (p. 64).

Não falta uma abordagem da "Teologia da Libertação" no contexto do Ecumenismo, apresentada por Albérico Baeske, pastor regional da IECLB no Estado do Espírito Santo (pp. 67-74). Ao leitor católico pode surpreender a teoria que o autor estabelece em relação às origens dessa teologia. A teologia da libertação, diz ele, tem sido fecundada por "abelhas estrangeiras": a) da "Teologia do Governo Régio de Cristo", desenvolvida por Karl Barth e sua escola, cuja semente, porém, fora lançado por Lutero" (p. 70 s); b) da teologia da Esperança de Juerger Moltmann, e c) da "Conferência Igreja e Sociedade", realizada em Genebra no ano de 1966, quase às vésperas de Medellín (agosto-setembro de 1968). Se não há motivo de duvidar das influências indicadas sob b) e c), parece mais difícil acreditar na presença ativa do pensamento de Karl Barth, ao menos na teologia católica da libertação. Nos tempos anteriores ao Vaticano II a influência da teologia protestante na teologia católica da América Latina era bem mais restrita do que posteriormente. Além disso, o elemento teológico do "Reino de Cristo" era sempre familiar na Igreja católica, p. ex. através dos Exercícios Espirituais de Inácio de Loyola. Pio XI instituiu no Ano Santo de 1925 a festa de Cristo Rei e difundiu uma oração especial, assim que a Realeza de Cristo se tornou uma idéia dinâmica na espiritualidade da Ação Católica. Não obstante, é um fato ecumênico significativo e interes-

sante, esta presença simultânea da teologia e da espiritualidade da realeza de Cristo, tanto nos três Reformadores do século XVI, Lutero, Calvino e Inácio de Loyola, como no nosso tempo de Pio XI e Karl Barth.

A 2ª parte do livro, "Duas perspectivas de ação ecumênica", continua de certo modo na mesma temática social do Evangelho. P. Fernando Bastos de AAvila S.J. desenvolve "reflexões sobre a missão social da Igreja" (pp. 77-82) e Dom Mário Teixeira Gurgel SDS, Bispo de Itabira e então responsável da CNBB pela pastoral ecumênica, reflete sobre a possibilidade de favorecer uma ação ecumênica nas "Comunidades de Base" (pp. 83-89).

A 3ª parte traz um elemento novo e é, sob certo ponto de vista, a mais importante. Pois os três articulistas dirigem o olhar para o futuro e perguntam: "O que acontecerá agora?" (p. 103). Qual o fruto concreto de união eclesial que resultará desta aproximação católico-luterana de Malta?

Dr. Harding Meyer resume os resultados positivos alcançados pelos teólogos durante o diálogo dos anos 1967-1971. Conseguiram um consenso novo, embora ainda não completo, em quatro assuntos que até agora eram motivos de separação: o problema da justificação, da eucaristia, da relação entre Escritura e Tradição e do Ministério eclesiástico.

"O que acontecerá agora"? pergunta ele. Tendo bastante experiência em diálogos interconfessionais, é tentado a dizer: "Nossas Igrejas amam o diálogo mas temem os seus resultados. E isto é decepcionante" (p. 103). A causa deste fenômeno ele a descobre em outras tantas "sedimentações e encarnações da divergência teológica", que criaram atitudes e mentalidades divergentes; também elas devem ser superadas por um "processo de recepção global" do novo consenso, processo no qual "haveremos de concentrar nossos esforços, agora e futuramente" (p. 105). É um objetivo, ao qual querem servir também estas linhas.

Os dois últimos artigos não são conferências proferidas no mencionado Seminário, mas foram acrescentados por ocasião da publicação do livro. São da autoria de dois membros da nova "Comissão Mista Nacional Católico-Luterana". P. Hortal estuda o "Relatório de Malta no contexto brasileiro" (pp. 107-115); pensa que a unidade das nossas Igrejas pode e deve crescer na tentativa comum de vivermos o mesmo Evangelho no mesmo contexto, tanto mais que o povo brasileiro não tem pendor para aferrar-se a ideologias, mas para a conciliação, para "dar um jeitinho". Tal orientação, naturalmente, não pretende fomentar uma vivência desvinculada de Igreja e teologia. Dr. Altmann, ao falar dos "impas-

ses" e "perspectivas" ecumênicos no Brasil (pp. 117-126), reconhece no documento de Malta um "processo de surpreendente aproximação", "um caminho" que deve ter também "consequências práticas equivalentes". "O próprio Evangelho de Jesus Cristo nos impele à tarefa ecumênica". Nela não pode haver "dicotomia entre teologia e prática"; o resultado final deverá ser que "o católico será evangélico e o evangélico será católico" (p. 126), tomando os dois termos no seu pleno e verdadeiro sentido. Pronunciou nesta frase, realmente, todo o objetivo do Movimento Ecumênico e da "Reforma" da Igreja, na qual Deus Pai, Filho, Espírito Santo sempre está empenhado. Toda a Revelação de Deus deve estar dentro da sua Igreja universal-católica, por ser Jesus Cristo "o Redentor do homem", da humanidade inteira.

Revela-se aqui o sentido acertado do título escolhido para o livro: "Desafio às Igrejas". O Movimento Ecumênico é realmente um desafio, da parte de Deus. Os Profetas, João Batista e Jesus nisto desafiaram o povo de Israel em nome de Deus. Os graves acontecimentos do nosso século clamam por um Cristianismo renovado que possa cumprir com maior eficácia a sua missão de "sal da terra e luz do mundo".

3. A Ceia do Senhor. Traduzido do original "Das Mahl des Herrn" pela Comissão Mista Nac. Católico-Luterana. 36 pp, 16 X 23 cm. Editora Sinodal, São Leopoldo 1978. (A mesma tradução foi publicado no "Comunicado Mensal da CNBB", Maio 1978, 512-538).

Após a publicação do Relatório de Malta que encerrou o colóquio sobre "as controvérsias teológicas tradicionais" em geral, a Comissão Mista Católico-Lutrena Internacional concentrou a sua atenção sobre a Eucaristia. Do plano geral passou às questões especiais. Primeiro estudou a Eucaristia; depois foi previsto o diálogo aprofundado sobre o ministério eclesial, relacionado, que está, com a Eucaristia.

Uma subcomissão, formada principalmente pelo Prof. V. Vajta, do Instituto de Estrasburgo, e pelo Bispo Auxiliar de Paderborn, P. W. Scheele, elaborou o documento, ao longo de 4 reuniões gerais da Comissão Mista: Genebra 1973, Roma 1974, Liebfrauenberg 1976, Paderborn 1977. Tendo recebido a plena aprovação e a assinatura de toda a Comissão Mista Internacional foi publicado com o título "Das Mahl des Herrn". Sendo que os membros da Comissão são provenientes de muitos países: Polônia, Hungria, Alemanha, França, USA, Brasil e Indonésia, representa o documento um consenso de grande valor.

O tema da Eucaristia foi estudado nos últimos tempos

igualmente por outros grêmios ecumênicos: por uma Comissão católico-luterana dos EE. UU., pelo grupo católico-reformado de Combes na França, pela própria Comissão "Fé e Constituição" do CMI (Accra), pela Comissão anglicano-católica em Windsor e por delegações da Igreja Evangélica da Alemanha em diálogo com a Igreja Ortodoxa Russa em Sagorsk, perto de Moscou. De todos estes diálogos foram publicados relatórios ou documentos.

Nada mais esperançoso no Movimento Ecumênico do que conseguir unidade de fé no mistério central do Cristianismo, na Eucaristia, o próprio corpo de Cristo, entregue por nós e a nós. O documento "A Ceia do Senhor" tem duas partes: 1. "Testemunho comum" (pp. 7-22), 2. "Tarefas comuns" (pp. 22-36). O leitor da primeira parte descobrirá realmente concordâncias importantes, alcançadas pelo estudo não só da Escritura, mas também das tradições contidas nos livros oficiais de liturgia das diversas Igrejas. Por isso estas concordâncias representam já um "testemunho comum" das Igrejas e não só as idéias de alguns teólogos. A 2ª parte inicia com estas palavras: "O testemunho comum acerca da Ceia do Senhor nos confronta com tarefas que deveríamos começar – quanto possível – juntos... Muito daquilo que no passado dividiu, foi removido por ambos os lados". Tendo repassado os elementos fundamentais como "Presença Eucarística", "Sacrifício Eucarístico", "Comunhão Eucarística", "Ministério Eucarístico", "Comunidade Eucarística" e "Forma litúrgica" refere o documento as questões em "crescente convergência" e "as questões ainda abertas". As concordâncias felizmente "nos proporcionam a confiança na possibilidade de esclarecer também as questões ainda abertas" (p. 29). Entre estas a mais importante versará sobre o ministro autorizado da Eucaristia, ponto que mais impede a prática da intercomunhão.

O documento dirige-se a todos os cristãos, às autoridades, aos teólogos e ao povo de Deus. "Dirigimo-nos a eles com o pedido de examinar e refletir as nossas ponderações, corrigi-las tanto quanto for necessário e, quanto possível, fazê-las suas" (p. 36). Como se poderia fechar os ouvidos a tal apelo sem resistir ao Espírito Santo?

Guia Ecumênico, Normas e Orientações da Igreja Católica em matéria de Ecumenismo. Estudos da CNBB (Nº 21), Ed. Paulinas, São Paulo, 1979, 237 pp.

Eis uma nova e importante publicação sobre Ecumenismo, apresentada por uma autoridade como D. Cláudio Hummes, bispo

de Santo André, São Paulo, e responsável na CNBB, pela Linha 5 da Pastoral: "Ecumenismo e Diálogo Religioso". Não se trata de um "documento" da CNBB, mas de um "Estudo" da mesma. Os "documentos" da CNBB vem sendo publicados numa coleção azul, enquanto os "Estudos" aparecem na coleção verde.

Na palavra de introdução, D. Cláudio esclarece que o "Estudo" é "fruto de trabalho quase exclusivo do P. Jesus Hortal, S.J." (p. 8), com alguma colaboração de outros; é, porém, publicado pela CNBB para o uso dos "pastores e agentes de pastoral da Igreja Católica". Esta destinação primacial para a orientação dos católicos não lhe tirará, certamente, a utilidade que tem para "todos os cristãos que trabalham para a causa ecumênica" (p. 7).

Em reflexões preparatórias um "Grupo de Trabalho" resolveu, para facilitar o uso prático do "Guia", escolher a forma de "verbetes", de pequeno dicionário pastoral ecumênico, no qual estivessem inseridas as orientações atualmente vigentes, segundo os documentos do Concílio Vaticano II, da Santa Sé e do Episcopado brasileiro. Entre os 69 verbetes encontram-se os intitulados, como "Ação Social", "Batismo", "Carismáticos", "Conselho Nacional de Igrejas Cristãs", "Culto Ecumênico", "Ensino Religioso", "Matrimônios Mistos", "Semana de Orações pela Unidade dos Cristãos", etc.

Ao encarregar, para a elaboração do guia, o P. Jesus Hortal, professor de teologia e de Direito Canônico na faculdade de Teologia Cristo Rei de São Leopoldo e da PUC, participante ativo das reuniões ecumênicas mantidas entre os professores da faculdade de teologia Cristo Rei e da faculdade de teologia da Igreja Evangélica-luterana da mesma cidade, a CNBB escolheu uma especialista em Direito Eclesiástico e um teólogo que une ciência e experiência nos problemas e atividades ecumênicas. Destarte o "Guia" se apresenta com todos os créditos de uma elaboração solidamente fundada e criteriosa.

O "Guia Ecumênico" será um instrumento útil, prático e, digamos, necessário tanto para os pastores e agentes de pastoral, como também para os estudantes e professores de teologia e professores de religião em geral.

Além do presente "Guia", escreve D. Cláudio (p. 8), "está sendo elaborado um Diretório que se destina sobretudo às bases de nossa Igreja, em linguagem simples, a partir das experiências já em curso e propondo viabilizar-lhe os conteúdos ao nível popular.

NOTA COMPLEMENTAR: MARIA, NO DIÁLOGO ECUMÊNICO

Que entre as Igrejas da Reforma e a Igreja Católica haja uma diferença no pensamento teológico referente a Maria e à sua veneração, é um fato que mesmo o povo mais simples conhece. O diálogo ecumênico, seja ao nível dos peritos de teologia, seja ao nível dos fiéis, não poderá deixar de ocupar-se com este problema. De tal estudo comum poderia resultar maior compreensão, tanto da Bíblia como das Igrejas.

Na revista brasileira "Ultimato" (Viçosa, MG, julho 1978, p. 14) "órgão de propaganda evangélica... sem cor denominacional", Benjamin L.A. César procurou citar todas as referências do NT a Maria. Daí julgou poder tirar, "sem esforço algum", as seguintes conclusões: "o culto a Maria não existia" no NT; "São descabidas e falsas" as doutrinas da imaculada concepção, da mediação, da assunção de Maria; considera-la "Rainha dos céus" não tem fundamento; chamá-la "Mãe de Deus", é um grande "absurdo" que "soa até como uma blasfêmia". "Deus é criador; não pode ter mãe". "Maria foi mãe do corpo de Jesus da natureza humana de Jesus". "Toda essa confusão deriva naturalmente de não distinguirem as duas naturezas de Cristo, a divina e a humana".

Percebe-se que aí não estamos em clima de diálogo ecumênico. É negada quase toda a mariologia da Igreja Católica e Ortodoxa, como também a piedade mariana. Em todo o caso deve-se então estudar, como a Igreja antiga, oriental e ocidental, chegou a desenvolver esta parte da sua fé cristã. É particularmente interessante verificar, como se chegou a confirmar o título "Mãe de Deus", "Teotócos", no Concílio de Éfeso em 431. Foi exatamente no esforço de discernir bem as duas naturezas em Cristo. Nestório, o Patriarca de Constantinopla contestou este título de Maria, argumentando como Benjamin Cesar. Entre os dois movimentos teológicos opostos, do Nestorianismo e do Monofisismo, os dois Concílios Ecumênicos, de Éfeso (431) e de Calcedônia (451), elucidaram a questão das duas naturezas em Cristo e a sua única pessoa. Jesus Cristo é um, não dois; este um é o filho eterno de Deus, o Verbo que se fez carne. Éfeso confirmou o título "Mãe de Deus".

Compreender este título é simples e complicado ao mesmo tempo: simples, porque Jesus é Deus; logo, a "mãe de Jesus" pode ser chamado "Mãe de Deus". É complicado — para usar este termo popular — porque a maternidade se refere unicamente à natureza humana de Jesus. Seria "absurdo", sim, dizer que Maria tivesse dado à luz a Divindade, tivesse dado à luz um Deus que antes não existia. Ela, porém, deu vida humana ao filho de Deus que existia antes dela. O Verbo que é Deus. Neste sentido o Anjo Gabriel diz a Maria: "Darás à luz um filho... que será chamado Filho do Altíssimo... Filho de Deus" (Lc. 1,32.35). E neste sentido a Igreja Católica entende este título, que, como se vê, está intimamente ligado à teologia trinitária e cristológica.

"O Novo Livro da Fé. A Fé cristã comum" (Petrópolis 1976), obra de 36 teólogos europeus de gabarito, metade evangélicos e metade católicos, é bem menos categórico que "Ultimato". Diz por exemplo: "O título Mãe de Deus quase não é contestado" (p. 393). E ao apresentar o enunciado desse título, escreve: "O dogma mais importante é o da divina maternidade de Maria, 'Mãe de Deus', por ser parte integrante do dogma da encarnação. Negar a divina maternidade de Maria equivale a negar a encarnação de Deus, ou, ao menos, dar-lhe um sentido totalmente diferente daquele que de Cristo tem o Novo Testamento, a tradição e a fé cristã. Com isso estariam questionadas as bases da fé na redenção" (p. 391).

Há pois, necessidade de estudo e diálogo ecumênico também na mariologia. Como informa um folheto inglês, existe na Inglaterra a "The Ecumenical Society of the Blessed Virgin Mary". Esta sociedade ecumênica tem sua sede e secretaria geral em London, S.W. 6, 229 Fulham Palace Road. Ela foi fundada para "promover a devoção ecumênica de Maria e o estudo da posição que a bemdita Virgem Maria ocupa na Igreja, dependente de Cristo". Numa base ecumênica comum, a sociedade está aberta a todos quantos estão dispostos a colaborar para a finalidade dela, dentro da causa da unidade cristã. É dirigida por um conselho que inclui teólogos de várias tradições cristãs e outros espertos no campo do Ecumenismo. Ela promove conferências, grupos de estudo, encontros com diálogo aberto e livre. Colaborações podem ser publicadas em opúsculos, dos quais o folheto enumera uma lista de 7, escritos por metodistas, anglicanos, católicos e ortodoxos (1).

Em vista da difusão da devoção mariana no Brasil e na América Latina parece sumamente desejável, que esta Sociedade encontre colaboradores em grupos ecumênicos brasileiros.

1) Cf. as informações de René Laurentin sobre esta Sociedade na Rev. Sciences Philos. Théol. 62(1978) 301 ss; o conhecido mariólogo relata sobre 15 publicações marianas de autores não católicos.